

---

## **RECONSTRUINDO MUROS**

### **Crítica à Proposta Curricular de Geografia da CENP - SP**

Regina Araújo\*  
Demétrio Magnoli\*\*

A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (CENP) publicou em 1988 a "Proposta Curricular para o Ensino de Geografia - 1º Grau" (PRO I), que resultou de três versões preliminares divulgadas em 1986 em um trabalho conjunto com as três universidades estaduais (USP, Unicamp, Unesp) e as delegacias de ensino da rede pública. Já a "Proposta Curricular para o Ensino de Geografia - 2º Grau" (PRO II) chegou a ter apenas uma versão preliminar divulgada em 1986, que resultou de um trabalho inicial similar.

Esses dois documentos constituem o objeto desta crítica. Eles representam, pelo menos formalmente, um conjunto de consensos oficializados ou em vias de oficialização: um consenso acadêmico dos especialistas na área, um consenso pedagógico entre os profissionais de ensino da rede pública e ainda um consenso de Estado dos responsáveis pela Secretaria de Educação.

Essas Propostas percebem-se a si próprias como frutos do "movimento crítico" de renovação da Geografia, fazendo com que "o professor participe do debate teórico-metodológico que vem sendo travado nas universidades" (PRO I, p. 17). Voltam-se contra a "Geografia que se en-

---

\*Professora do Departamento de Geografia da FCS-PUC-SP.  
\*\*Professor de Geopolítica do curso Anglo Vestibulares.

sina", "que não tem... quase nada mais a ver com a Geografia que se produz nas Universidades em nível de pesquisa" e que é definida por um material didático "sem qualidade aferida ou ratificada pelos círculos acadêmicos das Universidades e pelos professores da rede oficial" (Pro I, p. 15). Otimistas, pretendem que o debate pedagógico que consubstanciam contribua para "transformar o aluno de receptáculo de informação em um ser crítico, capaz, desde o início da aprendizagem, de criar/construir o saber" e o professor "de transmissor em criador deste mesmo saber" (Pro I, p. 17). Revolucionárias, anunciam-se como portavozes das "novas exigências da ciência e da sociedade" (Pro I, p. 17). Nada mais nada menos que isso.

#### *A Palavra da Verdade*

*Pessoas realmente convencidas de ter feito avançar a ciência não reclamariam para as novas concepções a liberdade de existir ao lado das antigas, mas a substituição destas últimas pelas primeiras.* V. I. Lenin<sup>1</sup>

As Propostas fazem repousar a sua legitimidade numa instituição poderosa: o *saber científico*, corporificado na universidade (ou, como elas preferem, na Universidade). Enxergam-se como anunciadoras de um corpo de "verdades científicas", algo como tesouros descobertos que serão agora compartilhados.

Eventualmente, admite-se a existência de um dissenso no interior da universidade, dividida em três "escolas geográficas" catalogadas como "tradicional", "quantitativa" e "crítica" (PRO I, p. 16). Mas o tesouro parece estar com a última, declarada fonte inspiradora. Este tesouro chama-se *dialética*, matriz da vida e da cientificidade da ciência: "o método dialético traz consigo a recuperação de um passado crítico que a Geografia precisa ter. Portanto, esta Geografia que incorpora a dialética é uma Geografia essencialmente crítica. Sendo que, através da crítica, é que se produz e reproduz uma ciência viva. Pois ciência que não se renova, não se transforma, é ciência morta, é dogma" (PRO II, p. 11). Com isso, outras correntes ficam declaradas mortas ou, alternativamente, não-científicas ("dogma").

Definida a verdade, está fincada uma plataforma de onde um holofote direcional ilumina seletivamente o passado da Ciência, fazendo emergir os vultos dos arautos: "a discussão e a utilização da dialética na Geografia

---

<sup>1</sup>*Obras Escolhidas*, Alfa-Ômega, São Paulo, 1982, p. 86.

não são fatos recentes. É bom que se diga que os professores das Universidades francesas da década de 40 já haviam procurado trilhar este caminho (Pierre George, Bernard Kayser, Raymond Guglielmo, Yves Lacoste, Jean Tricart, Jean Dresch) e, mesmo no século passado, isso já havia ocorrido com Elisée Reclus" (PRO I, p. 17)<sup>2</sup>.

A opção pelo método representa, nessa visão, o passaporte do paraíso. Palavra da verdade ou vacina contra o dogma (ora, ora...) o método dialético é a Proposta. O temário aparece unicamente como cristalização desse método: "os temas aqui sugeridos colocam-se como uma proposta para orientação do trabalho do professor, sujeita a reformulações, pois o conhecimento enquanto um processo cumulativo, ao mesmo tempo, não é um processo acabado". Entenda-se: acabado é o método; o temário é o território do livre-arbítrio.

Mas esse reino da liberdade chamado temário encontra limites estritos, já que a luz ofuscante do método uniformiza os significados e as traduções possíveis da realidade (geográfica, social, espacial). Essa luz unívoca manifesta-se como sectarismo extremado: independente do tema eventualmente escolhido, é oferecido *a priori* um cardápio pouco variado de conclusões.

Quando se discute, na quarta série do 1º Grau, a relação sociedade/natureza mediada pelo trabalho sugere-se como atividade a observação de técnicas utilizadas na ocupação do espaço. Como conclusão os alunos "poderão perceber que certos setores da sociedade, na busca de ganhos imediatos, fazem uso abusivo de técnicas modernas sem dar tempo necessário para que a natureza se recomponha" (PRO I, p. 46). Na primeira série do 2º Grau volta-se à tecla da degradação ambiental: "uma das explicações para tal fato é a possibilidade de se aumentar a taxa de lucro pelo não-uso de equipamentos antipoluentes por parte das indústrias. Uma das vantagens que as multinacionais encontram em se instalar em países como o Brasil... é a inexistência de um rigoroso controle da poluição, da devastação das matas, da localização das indústrias poluidoras, do despejo de resíduos industriais no ar e nas águas" (PRO II, p. 23). E um pouco adiante: "o estudo dos problemas de Cubatão, da região do Pantanal, da poluição dos rios Piracicaba, Paraíba do Sul, serão outros exemplos significativos para se concluir que o processo agro-industrial capitalista objetiva, sobretudo, o lucro" (PRO II, p. 24).

Caminho monótono de mão dupla: do lucro para a degradação ambiental, nos dois primeiros casos; da degradação ambiental para o

---

<sup>2</sup>Acaso ou não, a totalidade dos arautos portava a carteirinha do Partido Comunista Francês. Ah, sim, Elisée Reclus é exceção: a Terceira-Internacional nasceu em 1919.

lucro, no último. Dificilmente porém a tirania do método explicaria os desvios da norma. Em Cubatão, a diminuição recente da poluição do ar deve-se à instalação de filtros nas empresas multinacionais, enquanto as empresas nacionais ainda esquivam-se do cumprimento da legislação. Na Europa oriental e União Soviética, o "produtivismo socialista" gerou altíssimas taxas de degradação ambiental mesmo sem ter no lucro o seu sextante.

O método abomina a pluralidade das interpretações. Atribui às realidades significados que lhes são exteriores. Doma as realidades rebeldes, aleija-as, amputa-lhes a originalidade para que possam ser enjauladas nos esquemas explicativos prévios. Lança mão do conceito de totalidade (na forma de uma advertência metodológica) para justificar conclusões apriorísticas, resultados unívocos deste estranho exercício de liberdade em que a Proposta pretende transformar o ensino de geografia: "Nas duas primeiras séries o aluno deverá ter concluído que a ocupação/valorização do território brasileiro e as relações de dependência possuem explicações que, mesmo não sendo rigorosamente as mesmas, se complementam, já que fazem parte de um todo estruturado. O conhecimento de um fato ou conjunto de fatos desse todo vem a ser o conhecimento do lugar que este fato ocupa dentro da totalidade" (PRO II, p. 32). Na maioria dos casos, as explicações *são* rigorosamente as mesmas.

O tratamento que é dado à CEE, enfocada na segunda série do 2º Grau, ilustra esse sistema de esterilização das diferenças: "é preciso entender as especificidades dessas organizações: é o caso de países que se defendem da hegemonia norte-americana, como por exemplo, os países europeus, formando a Comunidade Econômica Européia" (PRO II, p. 26).

Essa "análise" não está fundada numa avaliação histórica da constituição da CEE que, precedida e preparada pela reaproximação franco-alemã e pelo tratado da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA) de 1952, participava do projeto geopolítico de construção dessa fantasia supranacional chamada "Ocidente". Ela surge de outro percurso: da "aplicação" da norma, que no caso responde pelo nome "teoria leninista do imperialismo"<sup>3</sup>. Essa norma "obriga" a catalogação da CEE no escaninho reservado aos "conflitos inter-imperialistas". Eventualmente, a

---

<sup>3</sup> A "aplicação" fanática da teoria leninista do imperialismo faz a Proposta substituir a discussão (atual) da internacionalização da economia e das contradições entre este processo e a sobrevivência das fronteiras nacionais e do nacionalismo pela esquematização (mais própria ao início do século) de escalas hierárquicas de dominação imperialista: "Ao mesmo tempo, que está subordinado à 'hegemonia americana' o capital de países europeus também está presente em outros lugares, exercendo dominações, da mesma forma que o capital japonês" (PRO II, p. 26).

fidelidade à norma conduz à negação do fato - no caso, o apoio de Washington às múltiplas iniciativas voltadas para a unificação européia.

*"Lenin, eles enlouqueceram!"*

*As idéias e as teorias sociais diferem. Há velhas idéias e teorias que tiveram o seu lugar na devida altura e que hoje servem aos interesses das forças decadentes. A importância que têm é a de deter o desenvolvimento da sociedade, o seu progresso. Há idéias novas e teorias novas, de vanguarda, que servem aos interesses das forças de vanguarda da sociedade. J. Stalin'*

A corrente dialética introduz um curioso duplipensar em torno da noção de "cientificidade". Alternativamente, aplica a ela valorizações negativas (à pretensão de cientificidade da "escola positivista") e positivas (à "cientificidade" da própria dialética). O que faz da "cientificidade" positivista uma falsa cientificidade é a sua proclamada (e hipócrita) neutralidade. O que faz da cientificidade dialética uma cientificidade verdadeira é a História: a aliança que ela estabelece com o futuro. Esse conceito ousado sintetiza o "salto mortal" da dialética - ao cooptar o devir histórico para uma aliança fraterna, lança mão de uma legitimidade sequer sonhada pelo positivismo, que permaneceu sempre um pensamento laico.

A legitimidade conferida pela História introduz pressupostos terroristas na discussão intelectual. São científicas as (minhas) idéias que estão de acordo com os interesses "das forças de vanguarda da sociedade". São dogmas as idéias (do outro) que não são as minhas. A defesa de uma posição política particular transforma-se em afirmação corroborada simultaneamente pela Ciência e pelo futuro. Fica dispensada a legitimidade estritamente científica e a comprovação racional de teorias e idéias. Fica ainda dispensada a discussão entre teorias e teses igualmente legítimas a princípio: a condição "dialética" do enunciador confere a posse de uma verdade apriorística fundada... no devir histórico.

O devir histórico está no centro das preocupações de Propostas que se enxergam como expressão "das forças de vanguarda da sociedade". Na oitava série do 1º Grau, as coisas ficam assim definidas: "Os países socialistas refletem na sua forma de organização social as contradições e as possibilidades que a sua evolução vai abrindo. Apesar do autoritarismo em todos os planos de vida, os desequilíbrios sociais herdados do capitalismo vão sendo atenuados" (PRO I, p. 132).

---

*'Materialismo Dialético e Materialismo Histórico, Global, São Paulo, 1979, p. 31.*

Há aí uma valorização comparativa nítida, insofismável. Uma idéia irrecorrível de *evolução*: o socialismo não *cria* ou *produz* novos desequilíbrios, mas unicamente *atenua* os desequilíbrios "herdados do capitalismo". O futuro é do socialismo.

Quem disse? Talvez a Ciência, ou a História, nesse sentido metafísico tão ao gosto do Método. Mas a história não disse. A história com minúscula - essa que é feita de pessoas de verdade, uma variedade de fatos e acontecimentos, dissonâncias do pensamento - está se fazendo, e aparentemente não é portadora de um destino evidente.

Hoje (amanhã pode ser diferente) o evolucionismo "socialista" das Propostas provavelmente não teria a aprovação de tchecos, alemães do leste, romenos, poloneses... ou brasileiros.

O mesmo estilo arbitrário ilumina as "críticas" que as Propostas se acham na obrigação de dirigir ao "socialismo real": "Com a aceleração do desenvolvimento econômico, ocorreram transformações sociais como uma maior distribuição de renda, a eliminação de antigos grupos privilegiados, a elevação do padrão de vida da grande maioria dos trabalhadores menos qualificados, o acesso a serviços sociais básicos, segurança no emprego etc. Entretanto, o regime burocrático não abriu a possibilidade ao trabalhador quanto ao exercício de direitos básicos como a formação de partidos independentes, o direito de greve, a superação da divisão do trabalho manual e intelectual etc." (PRO I, p. 129). A "economia" vai bem; a "política" vai mal. Um desvio passageiro, que pede mais um passo à frente: "É nesse sentido que se coloca em pauta a construção de um socialismo que dê conta das demandas das classes trabalhadoras, da necessidade de desenvolver a produção e ao mesmo tempo transformar as relações de produção, ultrapassando a apropriação formal dos meios de produção pelos trabalhadores através do Estado" (PRO I, p. 132).

A decupagem oportunista entre a "economia" e a "política" é uma operação da razão classificatória, não da história. A concentração do monopólio da política no vértice dos regimes de partido único precedeu e preparou a concentração do monopólio dos meios de produção no Estado-Partido. Nos últimos meses, a revolta popular não distinguiu o seqüestro dos seus direitos políticos do seqüestro da sua autonomia econômica, e acabou por derrubar as duas coisas juntas<sup>5</sup>. Essa história não é a História, mas pelo menos é uma história.

---

<sup>5</sup>... Karl Marx jogou com a ambigüidade da expressão alemã *bürgerliche Gesellschaft*, que tanto podia ser traduzida como sociedade civil quanto como sociedade burguesa. Marx... nivelou deliberadamente as duas 'cidades' da modernidade, os frutos da Revoluções Industrial e Francesa, o burguês e o cidadão. (...) o que a maior pane dos movimentos de oposição por toda a Europa Central e grande parte do 'povo' que os apoia

*O Estado Deles e o Nosso*

*O poder que se atribui ao inimigo não é da mesma natureza daquele que se sonha possuir? Essa capacidade sempre mais expandida de controle social, esse domínio dos acontecimentos e dos espíritos que ele supostamente exerce, não correspondem a essa forma de poderio reivindicada para a sua própria causa?*

R. Girardet<sup>6</sup>

Um conceito-chave, que atravessa os Programas, é o de Estado. Ele é definido como segue: "Trata-se de levar em consideração... o papel do Estado nas questões que surgem no país, envolvendo a relação Estado-Nação numa associação dissociada: daí a necessidade de se discutir a natureza do Estado numa sociedade de classes, onde ele atua em função de determinados interesses, mas ao mesmo tempo faz passar a idéia de que age em nome e benefício de toda a sociedade, de todos os interesses da 'nação', dando a entender que 'paira' acima dos interesses e toma medidas, visando o bem de toda a 'nação'" (PRO II, p. 24).

O Estado não comporta contradições interiores. Não é uma entidade histórica, mas metafísica. O Mal é íntegro e coeso em sua maleficência. Arditoso, se utiliza da ideologia para dissimular esta verdade. Maquiavélico, sabe que são necessárias certas concessões para que o "sistema" não desmorone: "Mesmo medidas que venham de encontro a necessidades populares têm a finalidade de atenuar contradições e conflitos, tendo em vista criar condições para o desenvolvimento. Afinal, uma situação de conflito, de crise, pode levar à desestabilização política, econômica e social - daí a necessidade de intervenção do Estado na definição das políticas de desenvolvimento capitalista" (PRO II, pp. 24/25). Também Joãozinho e Maria foram alimentados e engordados pela bruxa da fábula.

O Estado é, então, o "quartel-general da burguesia". A clássica, discutível e discutida definição é tomada como expressão incontestada da

---

está realmente dizendo é: Sim, Marx tem razão, as duas coisas estão intimamente ligadas - e nós queremos as duas! Direitos civis e direitos de propriedade, liberdade econômica e liberdade política, independência financeira e independência intelectual, cada um desses termos apoia o outro. De maneira que, sim, queremos ser cidadãos, mas também queremos ser de classe média, no mesmo sentido que a maioria dos cidadãos da metade mais afortunada da Europa é de classe média. Queremos ser *Bürger e bürgerlich!* Tom Paine, mas também Thomas Mann." Timothy G. Ash, *Nós, o Povo*, Companhia das Letras, São Paulo, 1990, p. 158.

<sup>6</sup>*Mitos e Mitologias Políticas*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987, p. 62.

ciência. Excluindo do plano outras abordagens (ciências mortas? dogmas?), essa definição sectária recorta um terreno particular no interior do marxismo: o leninismo, espaço ideológico exclusivista onde se movem os Programas<sup>7</sup>.

Esse modo de colocar as coisas ilumina a percepção que as Propostas têm a respeito da sua própria função social. Enrincheiradas no terreno do Estado-inimigo, camufladas nas roupagens de programas oficiais de ensino, se pretendem um comando de assalto ao Poder que age em nome da Ciência e do Futuro. Substituem ou antecipam a revolução das coisas pela revolução do ensino. Mas a sua revolução, como a dos astros, não passa de um movimento circular de eterno retorno.

"Os exércitos beligerantes são sempre mais ou menos simétricos - se não houvesse nada em comum em sua maneira de combater, não poderiam sequer encontrar-se."<sup>8</sup> As Propostas invertem o sinal ideológico do ensino de Geografia mas reproduzem as luzes e as sombras do ensino tradicional: são a sua imagem refletida. Como a sua fonte, servem aos professores e alunos uma dieta balanceada de conclusões ideológicas. Apenas, se a "Geografia que se ensina" faz da Verdade Empírica o seu estandarte, a "Geografia como Ciência" marcha sob as cores da Verdade Histórica.

O conflito que protagonizam é de mentirinha. Como no *ítelecalch*, os "lutadores" apenas aparentam se esmurrar: juntos, golpeiam a inteligência dos espectadores. A pluralidade de idéias e de métodos representa o inimigo comum. Não podem admitir que um mesmo vaso de argila produzido pelos índios representa a tradição cultural da comunidade e um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Que o capitalismo é simultaneamente uma dimensão da ética e da economia política. Que Brasília condensa um projeto geopolítico e uma estratégia de valorização territorial e ainda uma fantasia da imaginação funcionalista.

As Propostas sintetizam um projeto conservador de ensino, um novo *status quo*, o contrapoder que é tão Poder como o Poder. A sua alma missionária enxerga a "liberdade" na indefinição temática: os professores podem falar daquilo que bem entenderem desde que macaqueiem a cartilha pré-fabricada de conclusões. É a liberdade dos arautos.

A "missão histórica" de que se acham imbuídas as Propostas suprime a própria singularidade da Geografia como disciplina, ou seja,

---

<sup>7</sup>"As formas dos Estados burgueses são extraordinariamente variadas, mas a sua essência é apenas uma: em última análise todos estes Estados são, de uma maneira ou de outra mas necessariamente, uma ditadura da burguesia." V. I. Lenin, *O Estado e a Revolução*, Avante, Lisboa, 1978, pp. 43-44.

<sup>8</sup>Leon Trotski, *Moral e Revolução*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978, p. 5.

como corpo organizado de *temas* recortados do fundo comum variado das ciências da sociedade. Neste percurso, cancelam a tradição da educação pública, universalista e laica, que está apoiada precisamente na convivência de consensos temáticos abrangentes e dissensos metodológicos e ideológicos. A liberdade consiste, no caso, na liberdade de demolir esse novo muro.